

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Stella Maris Bortoni

Universidade de Brasília

A língua é, por excelência, uma instituição social e, portanto, ao se proceder ao seu estudo é indispensável que se levem em conta variáveis extralingüísticas — sócio-econômicas e históricas — que lhe condicionam a evolução e explicam, em parte, sua dialeção horizontal e vertical. Sendo assim, uma análise da situação da língua portuguesa no Brasil implica a consideração de diversos fatores, dentre os quais salientamos: a dualidade lingüística — modalidade urbana versus modalidade rural —, o fluxo migratório do século XX, a contemporaneidade de estágios diversos de desenvolvimento e a tendência emancipacionista da literatura brasileira moderna.

A primeira dicotomia — língua urbana versus falares regional-rurais, a que nos referiremos como vernáculos — decorre do próprio processo de colonização do país. A língua trazida para o Brasil pelos portugueses conservou-se, nos grandes centros de colonização no litoral, onde havia constantes intercâmbios comercial e cultural com a metrópole, bem semelhantes à modalidade lusitana, distinguindo-se dela, porém, em alguns traços.

Conforme observa Mattoso Câmara (1975:32) as discrepâncias entre as duas normas decorrem "essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados". O português falado no Brasil em zonas urbanas é resultado de um compromisso entre os múltiplos dialetos portugueses falados pelos colonos, procedentes das diversas províncias de Portugal, que, postos em contato, tenderam a uma homogeneização lingüística, com redução das particularidades mais típicas.

As principais diferenças entre as modalidades urbanas do português do Brasil e de Portugal ocorrem principalmente na fonologia e no léxico, embora haja também traços sintáticos distintos entre elas. Em Portugal, a partir da fase clássica — é o que nos informa Mattoso Câmara — implantou-se um ritmo em "allegre" com forte insistência na sílaba tônica. Lá a língua parece tender cada vez mais para a relevância das consoantes e conseqüente

redução das vogais pré e pós-tônicas, enquanto que aqui a língua é conservadoramente vocálica.

Quanto ao léxico, há que se considerar no português do Brasil o notável acervo assimilado às línguas indígenas e africanas.

Com relação aos vernáculos, por outro lado, observa-se um maior distanciamento da norma portuguesa pois nestas modalidades foi, possivelmente, mais acentuada a influência do adstrato indígena e do "pidgin" (1) falado pelos negros entre si e nos seus contatos com a população branca e mestiça. O papel deste "pidgin" no panorama lingüístico do Brasil Colônia está a merecer estudos mais profundos.

Os negros que chegavam ao Brasil, classificados em ladinos ou boçais conforme dominassem ou não o dialeto crioulo português que já se instituíra na África, permaneciam nas cidades ou se dirigiam para o interior. Nas cidades, em contato muito próximo com os brancos, adaptavam-se à língua destes mais rapidamente. No interior, nas fazendas ou nos quilombos, conviviam com outros negros, com mestiços, índios e portugueses. Era a situação propícia para o surgimento de um "pidgin". Observe-se, porém, que tal "pidgin" sofria influência diversificadora em duas frentes: por um lado, havia sempre, exceto nos locais mais isolados, uma constante e crescente influência portuguesa. Por outro, o grupo africano, que já não era homogêneo nas suas origens, renovava-se constantemente, pois o tráfico negreiro durou três séculos. Assim, levadas recém-chegadas de negros conviviam com negros e mestiços que já estavam no Brasil há mais de uma geração.

Do "pidgin" temporário é possível que essas populações interioranas tenham evoluído para a adoção de uma variedade lingüística em que já se achavam presentes todas as oposições fundamentais que, segundo a linguagem coseriana, caracterizam o sistema da língua portuguesa. Repare-se que nos vernáculos muitas destas oposições, como a de número, a de gênero, e a de pessoa, para citar algumas, que no sistema da língua portuguesa são implementadas de maneira redundante, passaram a ser realizadas apenas por um recurso analítico, em decorrência do reducionismo flexional. Assim, a oposição número-pessoal, nas formas verbais, que se consubstancia redundantemente por meio dos pronomes pessoais e das flexões, dispensou estas e manteve apenas aqueles. Na oposição de número, nos sintagmas nominais, a marca de plural desapareceu dos determinados mas se conservou no primeiro

(1) A denominação "pidgin" é preferível a dialeto crioulo, pois conforme Naro (1973), o primeiro é uma língua de emergência, criada por adultos, e que não apresenta características da língua natural enquanto o segundo é uma língua elaborada por uma geração crioulezante, o que lhe dá essa característica.

determinante. O sistema modo-temporal se simplificou mas a dicotomia presente-passado foi mantida.

Temos, em conseqüência, que a distinção entre esses falares e a modalidade urbana da língua ocorre apenas a nível da norma, recorrendo-nos novamente à nomenclatura coseriana.

Os vernáculos ficaram por muito tempo mais ou menos circunscritos às regiões interiormente e isoladas. Neste século, estamos assistindo, porém, a dois fenômenos de notáveis conseqüências lingüísticas: a migração das populações das pequenas cidades e zonas rurais para os grandes centros e a difusão dos meios de comunicação de massa. Instala-se, então, nesses centros, um processo de diglossia (2), onde atuam duas forças antagônicas: por um lado, o padrão tradicional de redução flexional da própria língua, exacerbado pela situação de contato entre dialetos diferentes (3); por outro, a pressão do prestígio da norma culta, imposta pela ação da escola, dos meios de comunicação e do "status" das classes mais favorecidas.

Decorre desse processo o declínio dos vernáculos que se transformam em dialetos urbanos de classe baixa, acentuando-se provavelmente a estratificação vertical na língua. Ao se radicar na zona urbana, o indivíduo egresso de zonas rurais ou semi-rurais percebe mais facilmente a estigmatização que recebem os itens lexicais e expressões mais salientes de sua fala regional. Por isso tende a substituí-las por sinônimos de cunho urbano. Entretanto, os padrões fonológicos básicos que se interseccionam com a sintaxe (4); como a supressão de sufixos flexionais, favorecidos pela própria deriva da língua, se mantêm, pois na sua maioria estão presentes também em modalidades urbanas incultas (ou até cultas!) da língua. Vai-se firmando assim um dialeto popular que parece possuir notável uniformidade em todas as cidades brasileiras, considerando-se à parte os regionalismos lexicais.

Na sociedade moderna, conforme observa LABOV (1972:300), à medida que os vernáculos vão declinando, assistimos a um recrudescimento da estratificação vertical na língua urbana. Assim, vão-se acentuando as distinções entre as múltiplas variedades, não obstante o esforço padronizador das escolas e dos meios de comunicação.

(2) Não usamos o termo "diglossia" no sentido originalmente proposto por Ferguson (1959). O termo aqui refere-se ao contato entre dialetos e registros diferentes.

(3) Citando Herzog, Labov (1972:300) afirma que "em situações de contato, as amalgamas se expandem às expensas das distinções." (tradução nossa).

(4) Tais fenômenos têm, geralmente, como causa, "constraints" de natureza acústico-articulatória.

Na análise desse fenômeno cumpre, porém, considerar o terceiro fator aduzido por nós no preâmbulo deste artigo: no Brasil, como de resto em toda a América Latina, convivem contemporaneamente estágios diversos de desenvolvimento. Desta forma, encontramos regiões metropolitanas onde já se instalou o processo de diglossia a que nos referimos, ou seja, o contato dos vernáculos com dialetos de classe baixa, enquanto que haverá lugares que permanecem quase tão isolados quanto no século XVIII. Entre os indivíduos de origem rural, encontramos aqueles que, por meio do ensino sistemático da língua na escola ou pelo convívio com pessoas de melhor cultura formal, já estarão adiantados no processo de conformação de sua linguagem aos padrões citadinos de prestígio, enquanto que outros conservarão, ainda, quase inalterados seus hábitos lingüísticos originais. Este fenômeno de mudança no comportamento lingüístico é tão diferenciado quanto o próprio fenômeno de mobilidade social.

No estudo do panorama atual da língua portuguesa no Brasil, revela-se também de considerável importância a tendência emancipacionista da literatura, que se esboçou no Romantismo e se consolidou a partir da Semana de Arte Moderna, em 1922. Até então, os escritores se sujeitavam a uma rígida observância dos cânones gramaticais portugueses, que refletiam a norma culta empregada lá, mas que discrepavam, em diversos pontos, da língua falada no Brasil, em zonas urbanas, mesmo pelas pessoas de apreciável cultura. Os escritores modernistas romperam com essa tradição e a literatura brasileira passou a caracterizar-se pela adoção de um vocabulário popular e pelo emprego de construções sintáticas de uso corrente no Brasil, que não são encontradas nem na linguagem coloquial nem na literatura portuguesa (5).

Levando-se em conta esse pequeno inventário de fatores aqui alvitados, surge um quadro da língua portuguesa no Brasil, onde devemos estabelecer distinção entre os seguintes conceitos: vernáculos, língua urbana, língua literária e língua oficial.

Os vernáculos, como já vimos, são as variedades regionais rurais que apresentam características especiais na fonética, na morfossintaxe e no léxico. Estas variedades sofreram, possivelmente, maior influência da língua geral tupi de intercurso, usada como "língua franca" no litoral brasileiro até meados do século XVII, e do "pidgin" desenvolvido como meio de comunicação de

(5) "... sustentamos que, com os modernistas, o Português do Brasil intenta atingir uma certa emancipação, sobretudo no que concerne a peculiaridades sintáticas, desassombadamente, corajosamente, com uma coragem e um desassombro com que jamais se houve em épocas passadas." (Lessa, 1976:30).

emergência nas comunidades de escravos. Conservaram, também, traços arcaicos do português e resultaram, principalmente, do sistema de colonização intermitente, cuja precariedade foi agravada pela grande extensão territorial e pela topografia adversa. Em 1920, Amadeu Amaral fornecia a primeira descrição de um vernáculo, em seu **O dialeto caipira**.

Língua urbana é uma denominação genérica que inclui as diversas modalidades estratificadas da língua, usadas nas zonas urbanas, na fala e na escrita. Tais modalidades que dependem da classe social, da profissão, da zona de residência e, principalmente, do grau de escolaridade dos indivíduos, vão desde as variedades populares, que se aproximam muito dos vernáculos, até a variedade culta, empregada pelas pessoas de nível alto de escolarização e pelos meios de comunicação de massa, que segue aproximadamente os preceitos da gramática normativa.

Na língua urbana observam-se ainda características regionais, principalmente no léxico, posto que os regionalismos lexicais encontrados na fala da população de cada cidade brasileira parecem ter cunho geográfico e não social.

Chamamos de língua oficial a descrita na gramática normativa. Do fato de se basear em escritores não-contemporâneos resulta o seu distanciamento, em muitos pontos, da realidade lingüística oral e literária no Brasil. Detentora, porém, do beneplácito do sistema, que a considera correta em detrimento de todas as outras variedades, impõe-se o seu emprego em documentos oficiais e formais, bem como o seu estudo na escola, onde o professor a ensina, embora ele próprio não a use em sua fala coloquial (6).

A língua literária conservou-se até o século XIX, muito próxima à língua oficial. A partir de 1922, à medida em que vem rejeitando preceitos normativos estranhos à índole do português do Brasil, afasta-se dessa e se aproxima da modalidade culta da língua urbana. Como, porém, cabe à literatura de uma nação a tarefa dupla de mantenedora das tradições lingüísticas e de sancionadora das inovações já incorporadas à linguagem cotidiana, este distanciamento entre língua oficial e língua literária terá de resultar numa revisão criteriosa da gramática normativa. Quando isto acontecer esta gramática passará a ser uma verdadeira gramática descritiva do português empregado pelos nossos literatos e da língua oral culta, que está aí a exigir uma descrição.

Esta providência é tanto mais urgente considerando-se a fun-

(6) "... comente, o mesmo professor que ensina essa gramática não consegue observá-la em sua própria fala, nem mesmo na comunicação dentro de seu grupo profissional" (Aryon D. Rodrigues, apud Ataliba Castilho, 1973:22).

ção da padronização lingüística que tem o ensino da norma culta nas escolas. Num país e dimensões continentais, como o Brasil, tal prática é decisiva na afirmação de nossa nacionalidade.

Outro fator que recomenda o ensino da norma culta é a importância que este aprendizado tem na mobilidade social do indivíduo. Qualquer pessoa precisa dominar a variedade lingüística de prestígio para que possa atingir níveis superiores de ensino e obter empregos bem remunerados. A essa altura é conveniente detarmos um pouco em considerações sobre esse fenômeno de sérias implicações sociais.

A atribuição de prestígio a uma variedade lingüística decorre de fatores de ordem social, política e econômica. Ao longo de toda a história brasileira, o português falado pelas classes mais favorecidas tem sido a variedade prestigiada em detrimento de todas as outras. Ao tempo do Brasil-Colônia, valorizava-se a língua do elemento branco, da classe senhorial. A partir de 1808, acentuou-se essa tendência, pois a corte portuguesa que se radicou no Rio de Janeiro, fugindo ao ímpeto conquistador de Napoleão, impôs os seus padrões e os seus juízos de valores. Citando o viajante inglês Luccock, Silva Neto (1976:80) comenta, referindo-se à aristocracia portuguesa:

"Nas peças que representavam, ridicularizavam-se as maneiras, vícios, dialeto e outras peculiaridades da colônia, o que corria os gestos do público".

A medida do prestígio e, conseqüentemente, da "correção" lingüística das variedades do português no Brasil sempre foi aferida em função da sua maior ou menor semelhança com a norma-padrão lisboeta consagrada pelos escritores portugueses. Os gramáticos brasileiros sempre aceitaram como inevitáveis as diferenças fonológicas e lexicais entre as duas normas, mas demonstraram e continuam a demonstrar, em muitos casos, indisfarçável relutância em aceitar as diferenças morfosintáticas.

O fenômeno do preconceito lingüístico, aliás, não é privativo do Brasil. Conforme observa Haugen (1972:101) na América o estigma é colocado principalmente no "inglês-ruim" que é simplesmente o dialeto de classe baixa. A língua das classes altas é automaticamente estabelecida como a forma correta de expressão. Elas podem dizer não somente: "L'état, c'est moi", mas também: "Le language, c'est le mien".

Da mesma forma, no Brasil, são socialmente estigmatizados os vernáculos e as variedades populares da língua urbana. Nunca é supérfluo reafirmar-se, porém, que, do ponto de vista lingüístico, essas variedades não são estruturalmente inferiores à norma-

padrão. O conceito de "erro gramatical" é tão somente uma questão de diferença entre dois dialetos (7).

Repousa certamente neste fato a principal tarefa entre tantas que reclama uma posição enérgica e influente dos lingüistas brasileiros. Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, onde o inglês não-padrão é falado por minorias, no Brasil os vernáculos e as variedades populares constituem a língua da grande maioria da população. Apesar disto, esses dialetos têm recebido muito pouca atenção. É verdade que nem mesmo a norma culta urbana conta com uma descrição acurada, mas não resta dúvida de que a maior parte dos trabalhos lingüísticos que estão surgindo versam aspectos da norma urbana culta, mais propriamente da língua do próprio autor posto que ele baseia suas hipóteses sobre sua própria intuição. A descrição das variedades incultas, enquanto isso, parece ter sido esquecida.

É tempo de se conferir prioridade ao estudo da "língua das maiorias". Este estudo prévio é indispensável para a solução dos graves problemas sociais que decorrem das diferenças diastráticas da língua. Entre eles avulta o problema educacional. Todos que estão familiarizados com a realidade escolar brasileira sabem que a alfabetização de crianças de classe baixa apresenta rendimento alarmantemente pequeno. Entre as diversas causas deste fenômeno, destaca-se, certamente, o fato de essas crianças se defrontarem na escola com uma norma desconhecida.

Para lidar-se com esse problema é preciso, antes de tudo, conhecer as características lingüísticas desses alunos. A variedade inculta do português que eles falam tem de ser encarada como um subsistema bem estruturado que se distingue de língua padrão de uma forma definida e consistente. Referindo-se ao inglês vernáculo negro, Labov (1972. b: 238) faz estas observações, que consideramos pertinentes para descrever a situação das variedades incultas do português do Brasil. (A tradução é nossa).

"Quando os lingüistas dizem que o BEV é um sistema, pretendem dizer que ele difere de outros dialetos de uma maneira regular e controlada por regras, de tal maneira que possui modos equivalentes de expressar o mesmo conteúdo lógico".

Antes de se delinear as estratégias didáticas que visam a melhorar a eficiência do ensino primário no Brasil, é necessário que se proceda ao levantamento dos traços estigmatizados dos dialetos das classes menos favorecidas. Isso permitirá aos educadores promover um diagnóstico das possíveis interferências diale-

(7) "Many people involved in issues connected with language and education for example, are starting to suggest — as most linguists have long believed — that what has traditionally been conceived of as a matter of "right" and "wrong" is in fact simply a question of dialect differences..." (Trudgill e Giles, 1976:2).

tais bem como elaborar métodos e material didático que atendam ao problema de diglossia que se instalou nas escolas.

Abre-se, pois, na área da educação e nos demais setores das relações sociais, um imenso campo de trabalho para a lingüística nacional. Cabe a ela estudar a variação da língua nos espaços geográfico e social, propor soluções para o impasse do anacronismo da gramática normativa, combater o estigma atribuído às variedades incultas, levantar as atitudes dos falantes em relação à língua, determinar as etapas evolutivas dos traços em processo de mudança, e, principalmente, apontar caminhos e alternativas para a educação neste país.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo, Casa Editora, "O Livro", 1920.
- BIDERMAN, M. T. **A formação de um padrão lingüístico nacional** In: — **Revista de Cultura Vozes**, 8: 13-20, 1973.
- CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio, Padrão, 1975.
- CASTILHO, A. T. de. **O estudo da norma culta do português do Brasil**. In: — **Revista de Cultura Vozes**, 8: 21-25, 1973.
- COSERIU, Eugênio. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid. Gredos, 1967.
- FERGUSON, C. A. Diglossia, **Word**, 15: 325-340, 1969.
- HAUGEN, E. "Dialecto language, nation". In: — PRIDE, J. B. e HOLMES, J., eds. **Sociolinguistics**, Middlesex, Penguin Education, 1972.
- LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972a.
- . "The logic of nonstandard English" em seu: **Language in the inner city**, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972b.
- LESSA, L. C. B. **O modernismo brasileiro e a língua portuguesa**. Rio, Grifo, 1976.
- NARO, A. J. **Estudos diacrônicos**. Petrópolis, Vozes, 1973.
- SHUY, R. W. "Sociolinguistics and teacher attitudes in a Southern school system. In: SMITH, D. W. e SHUY, R. W, eds. **Sociolinguistics in Cross cultural analysis**, Washington, Georgetown University Press, 1972.
- SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio, INL. 1963.
- TRUDGILL, Peter e GILES, Howard. "Sociolinguistics and linguistic value judgements: correctness, adequacy and aesthetics". Reproduced by linguistic Agency University of Trier, D — 5 50000, Trier, April 1976, Series B. Paper n.º 10.